

SUCESSÃO

Candidatos do DEM buscam discurso para descolar de Arruda

Partido também fará pesquisa para avaliar impacto do escândalo e definir ‘agenda positiva’

Luciana Nunes Leal
RIO

Enquanto a direção nacional do DEM tenta avaliar os estragos causados pelo escândalo no Distrito Federal, os futuros candidatos do partido aos governos estaduais montam um discurso para se distanciar do governador José Roberto Arruda e, se for necessário, comparar o episódio com o mensalão do PT. Cada vez que o chamado “mensalão do DEM” for lembrado pelos adversários, a estratégia é dizer que os petistas preferiram ignorar a gravidade do caso, em 2005, enquanto o DEM afastou os envolvidos nas denúncias de corrupção.

No dia da prisão de Arruda, 11 de fevereiro, quase três meses depois de o escândalo estourar, a direção do DEM determinou que todos os filiados ocupantes de cargos no governo do DF deixassem suas funções.

Antes disso, desfiliaram-se do partido o próprio Arruda e o deputado distrital Leonardo Prudente, flagrado em vídeo escondendo dinheiro na meia e que também renunciou ao mandato, para escapar do processo de cassação. Na semana passada, foi o então governador interino, Paulo Octávio, quem deixou o partido e o governo.

Em março, o DEM vai realizar uma pesquisa nacional a fim de avaliar o impacto do episódio no eleitoral e também escolher cinco temas para uma “agenda positiva” a ser apresentada pela legenda. Os resultados da pesquisa vão ajudar na elaboração do programa do partido no horário gratuito de rádio e televisão, que vai ao ar em 27 de maio.

O comando da legenda quer ter noção dos efeitos provocados pelas imagens de políticos e assessores do governo recebendo propina e pela prisão de Arruda não só no Distrito Federal, mas especialmente em outros Estados. Quer também avaliar o vínculo que a população faz entre os principais personagens do esquema de pagamento de propina e o DEM.

Nas discussões iniciais sobre o programa partidário na TV, ainda não há consenso sobre como o episódio deve ser abordado. O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA) é favorável a que a questão seja tratada claramente e “o partido aproveite o tempo na TV para mostrar que não passou a mão na cabeça dos envolvidos”.



DIDA SAMPAIO/AE

DEFRENTE – Rodrigo Maia diz que o partido não vai ignorar os efeitos da Operação Caixa de Pandora na campanha eleitoral deste ano

FRASES

Rodrigo Maia
Presidente do DEM

“Vamos entrar no assunto, mas também lembrar pontos positivos, como a atuação do partido no Congresso, o fim da CPMF, propor uma agenda legislativa para o futuro”, diz Maia. O programa ficará a cargo do publicitário Adriano Gehres, experiente em trabalhos para o partido.

Ronaldo Caiado
Deputado DEM-GO

“Tivemos coragem de desfilir os envolvidos, diferente de outros partidos, que transformaram envolvidos em líderes nacionais”

Os seis governadores eleitos em 1998 caíram para quatro em 2002 e apenas um em 2006 – justamente José Roberto Arruda. Os deputados também diminuíram: foram eleitos 105 em 1998, 84 em 2002 e 65 em 2006. De mais de mil prefeitos eleitos em 2000, passou para 789 em 2004 e apenas 494 em 2008.

Nas eleições deste ano, o partido espera lançar o candidato a vice-presidente do tucano José Serra, apesar de alguns líderes do PSDB defenderem uma chapa puro-sangue, diante da fragilidade atual do DEM. Além disso, a legenda deverá lançar candidatos próprios a governador em pelo menos seis Estados.

Embora não neguem o desgaste para o partido, os futuros candidatos a governador do DEM insistem na tese de que se tratou de um fato isolado do Distrito Federal e de Arruda, antes apontado como administrador moderno e empreendedor. Argumentam que tinham pouco contato com o ex-colega de partido e jamais desconfiaram de qualquer irregularidade no governo.

Futuro candidato ao governo da Bahia, em coligação com o PSDB, e uma das maiores apostas do DEM este ano, o ex-governador Paulo Souto diz que não sentiu em seu Estado os efeitos do escândalo no DF e duvida que os adversários petistas usariam o episódio na campanha. “Eles sofreram um problema de gravidade muito grande e não reagiram como o DEM reagiu”, argumenta Souto.

Pré-candidato do partido em Santa Catarina, o senador Raimundo Colombo não se conforma com a expressão “mensalão do DEM”. “É um desgaste para o partido a exploração desse termo. Pode ser um mensalão do DF. Falei com o Arruda duas ou três vezes na minha vida”, afirma Colombo.

ARREMESSO DE LAMA

Candidato ao Senado, o ex-prefeito Cesar Maia também duvi-

da de efeitos negativos fora do Distrito Federal e de uma troca de acusações dos diversos “mensalões” investigados em vários partidos. “Seria uma olimpíada de arremesso de lama. Interessa a Dilma?”, questiona Maia, referindo-se à pré-candidata do PT à Presidência, ministra Dilma Rousseff.

Possível candidato da legenda ao governo de Goiás, partido fortemente influenciado pelos acontecimentos políticos da capital federal, o deputado Ronaldo Caiado, ao lado do senador Demóstenes Torres, do mesmo Estado, foi um dos mais contundentes na mobilização pela desfiliação do vice-governador Paulo Octávio e na dissolução do comando do partido no DF. “Tivemos coragem de desfilir todos os envolvidos, diferentemente de outros partidos, que transformaram envolvidos em líderes nacionais. O DEM não teve medo de abrir mão do único governador que tinha. Por acaso o Arruda é nosso coordenador de campanha? Já o José Dirceu está na campanha da Dilma”, comparou Caiado, citando o deputado cassado e ex-ministro da Casa Civil do governo Lula. ●

Se disputar em SP, Ciro terá menos tempo na TV

Propaganda de candidato do PSDB será mais extensa

Daniel Bramatti

Mesmo com o reforço dos oito partidos que lhe prometem apoio, o ex-ministro Ciro Gomes (PSB) ficará em desvantagem na divisão do tempo da propaganda gratuita de rádio e TV caso decida concorrer ao governo de São Paulo.

Uma eventual aliança entre PSB, PT, PDT, PC do B, PTC, PRB, PSC e PT do B teria entre 25% e 30% do tempo destinado aos candidatos a governador. Geraldo Alckmin, o mais cotado para concorrer entre os tucanos, teria de 40% a 45% da propaganda em uma provável coligação com PMDB, DEM, PPS e PTB.

Haverá dois blocos de 18 minutos para a campanha estadual, três vezes por semana. Em cada bloco, Ciro teria entre quatro minutos e meio e cinco minutos e meio, e o candidato tucano, algo entre sete e oito minutos. O cálculo exato só poderá ser feito quando houver definição de quantos partidos “nani-cos” lançarão candidatos.

Para o consultor político Gaudentio Torquato, o tempo de Ciro, apesar de mais curto, lhe daria “condições competitivas do ponto de vista da visibilidade”.

“O maior problema de Ciro é a falta de controle sobre a própria língua”, disse Torquato, em referência ao tom contundente com que o ex-ministro da Integração Nacional costuma se manifestar.

Para analista, ex-ministro tentará federalizar a campanha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e parte do PT pressionam Ciro a concorrer em São Paulo, mas ele reluta em admitir essa possibilidade. Na quarta-feira, em reunião com dirigentes do PSB e outras oito siglas, considerou a possibilidade “remota”, mas não a descartou. “De repente, o projeto nacional que o presidente Lula represen-

ta precisará que, mesmo como uma engrenagem modesta, eu aceite esse desafio. Nesse caso, a serviço do Brasil, a serviço dessa fração de São Paulo, eu não titubearia em ir.”

ESTRATÉGIAS

Caso decida concorrer ao governo, Ciro, que transferiu seu domicílio eleitoral há menos de cinco meses, poderá enfrentar resistências por ter feito carreira política no Ceará, analisa Torquato. “De nada adiantará dizer que nasceu em Pindamonhangaba se não souber onde fica a Mooca ou o Brás.”

Para o consultor, em uma disputa entre Ciro e Alckmin, o primeiro deve buscar “federalizar” a campanha para disfarçar a eventual falta de familiaridade com problemas do Estado. Em outras palavras, deve dar destaque à figura de Lula e se apresentar como representante de seu projeto. Já o tucano, que já governou São Paulo e integra a gestão José Serra, tende a puxar o debate para o campo local. ●



ANDRE DUSEK/AE-29/4/2009

DOMÍNIO – Com coligação, Alckmin teria de 40% a 45% do tempo

ED FERREIRA/AE-3/2/2010



INCÓGNITA – Ciro é pressionado por Lula a entrar na briga paulista

IMPRENSA

‘Estado’ está sob censura há 212 dias

Quase cinco meses após a decisão judicial pela censura, o empresário Fernando Sarney entrou com pedido de desistência da ação contra o **Estado**. Mas o jornal não aceitou o arquivamento do caso.

No dia 29 de janeiro, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira apresentou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) manifestação em que sustenta a preferência do jornal pelo prosseguimento da ação, para que o mérito seja julgado.

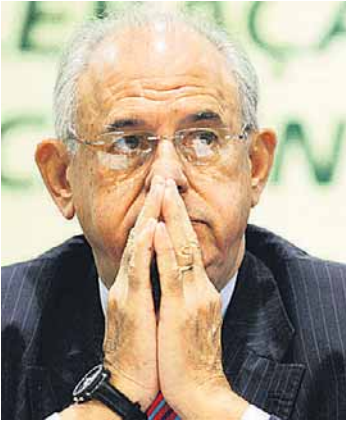
Desde 31 de julho do ano passado, o **Estado** está impedido pelo TJ-DF de publicar notícias relativas à investigação da Polícia Federal sobre a atuação do empresário, filho do senador José Sarney (PMDB-AP). ●

JUDICIÁRIO

CPI vai ouvir acusado de vender sentenças

Criada para investigar denúncias de tráfico de influência e venda de sentenças judiciais no processo eleitoral, a CPI da Assembleia Legislativa do Rio fará uma reunião no dia 4 para ouvir o estudante de direito Eduardo Raschkovsky. Acusado de intermediar a venda de decisões judiciais para livrar políticos do risco de impugnação ou cassação, ele não será obrigado a responder as perguntas.

DIREITOS HUMANOS



Jobim discutirá decreto em audiência pública

O Ministro da Defesa, Nelson Jobim, participa na terça-feira de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Convidado pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Renato Casagrande (PSB-ES), Jobim discutirá o decreto resultante do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos. O secretário de Direitos Humanos Paulo Vannuchi também abordará o tema em data ainda a ser definida.

MUNICÍPIOS

Distritos cearenses querem emancipação

Em 26 dias, a Assembleia Legislativa do Ceará recebeu 38 pedidos de emancipação de distritos. Os pedidos começaram a ser entregues no início do período legislativo, em 1º de fevereiro, depois que o governador Cid Gomes (PSB) sancionou o projeto de lei complementar número 84, que define critérios para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios do Estado. O prazo para apresentação de solicitações vai até o início de junho.

SINDICALISMO

STF retoma julgamento sobre centrais sindicais

O Supremo Tribunal Federal deve voltar a julgar na quarta-feira, a partir das 14h, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4067, que trata da destinação da contribuição sindical às centrais sindicais. O julgamento foi interrompido em junho do ano passado após um pedido de vista formulado pelo ministro Eros Grau. O calendário de julgamentos com detalhes dos processos em pauta pode ser consultado no site do STF na opção processos/pautas no plenário.

DORA KRAMER

A colunista está em férias